

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 98.925 - RJ (2018/0132847-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : GILBERTO BELMOK
ADVOGADO : WANDS SALVADOR PESSIN - ES010418
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. **1.** TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE EXCEPCIONALIDADE. **2.** CRIME TRIBUTÁRIO. CISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAF N. 15586.720085/2011-41. AUSÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA NA ORIGEM. **3.** PAF N. 15586.720115/2011-19. CRÉDITO CONSTITUÍDO E INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA. AUSÊNCIA DE PARCELAMENTO OU PAGAMENTO. NECESSIDADE DE PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL. **4.** RECURSO EM *HABEAS CORPUS* A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O trancamento da ação penal na via estreita do *habeas corpus* somente é possível, em caráter excepcional, quando se comprovar, de plano, a inépcia da denúncia, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito.

2. O Magistrado de origem prestou informações noticiando que, com relação ao PAF n. 15586.720085/2011-41, a denúncia foi rejeitada, "em razão de ausência de justa causa para a persecução penal no que se refere aos débitos concernentes ao período de julho a dezembro de 2007, porque ainda não exaurida a sua discussão na via administrativa".

3. Segundo informações prestadas pela PGFN, verifica-se que existem "registros de 5 inscrições em DAU relacionadas ao **Processo Administrativo Fiscal n. 15586.720115/2011-19, não quitadas**, todas levadas a protesto e sem histórico de parcelamento". Dessa forma, tem-se que a inscrição em dívida ativa da união revela a existência prévia constituição definitiva do crédito tributário, sem notícia de parcelamento ou pagamento, motivo pelo qual não se falar em inépcia nem em ausência de justa causa com relação à parte da denúncia que não

Superior Tribunal de Justiça

foi rejeitada.

4. Recurso em *habeas corpus* a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

